



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE 2016

Data: 29 de novembro de 2016

Hora: 14h

Local: Sala de reuniões da Diretoria-Geral, no prédio da Rua Desembargador Drumond, 41 - 13º andar - Belo Horizonte – MG

Presentes os seguintes integrantes do Grupo Estratégico: Ana Flávia Bueno Cheib, representando o Diretor-Geral; Telma Lúcia Bretz Pereira, Diretora Judiciária; René de Souza Torres, Assessor da Corregedoria Regional; Denise Maria Reis Grego, Secretária de Apoio Judiciário; Almir Thiago Casagrande Pagotte, representando a Secretária de Comunicação Social, Débora Melo Mansur, representando a Secretária da Escola Judicial; Sandra Pimentel Mendes, Secretária de Gestão Estratégica; Cristiano Barros Reis, Diretor Administrativo; Maria Cristina Gonçalves Discacciati, Diretora de Gestão de Pessoas; Gilberto Atman Picardi Faria, Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações; Marília Souza Diniz Alves, Diretora de Orçamento e Finanças. Presentes ainda Deborah Rezende Junqueira Dias Alves e Mariana Cristina Araújo Campos, servidoras do Gabinete da Vice-Corregedoria, Cynthia Pereira da Silva, servidora da Diretoria de Orçamento e Finanças, além dos servidores da Secretaria de Gestão Estratégica: Bruno Pereira Torrozo, Renato de Azevedo Silva, Liégia Maciel de Oliveira, Liliane Monteiro Serpa, Luziane Maria Ribeiro Neff, Patrícia Helena dos Reis e Thais da Costa Cruz. Os trabalhos foram abertos pela Secretária de Gestão Estratégica, Sandra Pimentel Mendes, que iniciou com a apresentação da pauta: Resultado do Plano Estratégico 2015-2020 relativos ao segundo quadrimestre de 2016; 1ª Revisão dos indicadores do PE 2015-2020; desempenho das Metas Nacionais e Específicas até o mês de outubro; Análise da Seção de Estatística sobre a tendência evolutiva dos processos pendentes de solução; acompanhamento do portfólio dos projetos estratégicos; cadeia de valor e outros temas. A seguir Sandra Pimentel apresentou a **sinalização dos objetivos estratégicos**, conforme consta da apresentação anexa, informando que 43% dos objetivos encontram-se com desempenho deficitário. Dando prosseguimento, passou ao segundo tema, **Revisão dos indicadores estratégicos**, ressaltando que eles serão mantidos até o fim de 2016, sendo a revisão, se aprovada pela Comissão de Gestão Estratégica e pelo Tribunal Pleno, valendo a partir de 2017. Prosseguindo, expôs ao grupo os indicadores estratégicos que serão mantidos, excluídos, retificados e os que sofrerão alteração de status, conforme consta da apresentação anexa. A Secretária informou ao grupo que o glossário completo e as justificativas da revisão dos indicadores será remetido por email e que será concedido o prazo de até 12/12/16 para que se façam as alterações pertinentes pelas áreas e, em findo o prazo e em não havendo manifestação por parte do grupo estratégico, será considerada aprovada a revisão. Ressalta-se algumas considerações proferidas em relação ao indicador 32 – Percentual de unidades com estrutura organizacional aprimorada com base em critérios objetivos. Sandra esclareceu que, com a revisão, esse indicador se limitará à área fim. Sandra Pimentel informou aos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

presentes a autorização para a contratação de capacitação em Dimensionamento da Força de Trabalho, estando sob a responsabilidade da Assessoria de Estrutura Organizacional. Já em relação ao indicador 34 – Percentual de gestores capacitados em competências gerenciais, enfatizou a intenção, para 2017, em parceria com a Escola Judicial, de se criar indicador específico para a medição do percentual de magistrados capacitados em competências gerenciais. Informou aos presentes o quantitativo final da revisão: dos atuais 51 indicadores estratégicos, 15 foram mantidos, 12 criados, 20 alterados e 16 excluídos, perfazendo um novo total de 47 indicadores. Ato contínuo, passou-se ao resultado do desempenho das **Metas Nacionais do CNJ e das específicas do CSJT** até o mês de outubro/16, conforme consta do anexo desta ata. Destacam-se algumas observações com relação à Meta 1 do CNJ – IPJ – Índice de Processos Julgados 1º Grau. A servidora da SEGE Luziane Neff explicou aos presentes que a capacidade de julgar os processos entrantes não é favorável, apesar de o percentual de cumprimento estar próximo de 100%, pois o desempenho acumulado resta prejudicado. Os dados estatísticos demonstram uma queda muito significativa de julgamentos em janeiro, o que certamente está contribuindo para o acúmulo. A servidora também informou que, com a autorização da Vice-Corregedoria, será elaborado e publicado um boletim com dados individualizados por vara, referente ao de cada uma dessas unidades em relação às metas, para que possam ter ciência de sua contrapartida à instituição. Sandra Pimentel também informou sobre a entrada em ação do MGD – Mapeamento Global de Desempenho. Já em relação à Meta 2 – IPA – Índice de Processos Antigos, Denise Grego, Secretária de Apoio Judiciário, chamou a atenção para a interferência dessa meta no cálculo do indicador Tempo Médio de Duração do Processo contra Entre Privado. Segundo Denise, a execução é melhor medida pela Taxa de Congestionamento e pela antiguidade do acervo. O prazo médio alto mascara, por vezes, um bom resultado, fruto, por exemplo, de um trabalho concentrado em baixar os processos mais antigos. Após, o Chefe da **Seção de Estatística**, Renato de Azevedo Silva, expôs ao grupo estratégico o resultado da análise feita sobre a **Tendência dos processos pendentes de solução no 1º grau**, parte integrante do anexo desta ata. Segundo Renato, a partir da análise de 46 meses, jan/13 a out/16, (período considerado em razão da disponibilização de dados no e-gestão), percebe-se que não há uma tendência clara de aumento na demanda. Segundo ele, no período analisado ela manteve-se estável. Pelos gráficos, percebe-se que a existência de *gaps* entre processos recebidos e julgados no mês de janeiro, e que ficam represados, reforça o comentário a respeito das causas do não cumprimento da Meta 1 do CNJ. Para Renato, o cerne da questão diz respeito à suspensão de prazos durante o recesso e independe da implementação do PJe. Segundo o servidor, o TRT-3 teve um crescimento de 60% dos processos pendentes de solução em 46 meses. Informou ainda que a causa desse crescimento advém dos processos pendentes que aguardam o encerramento da instrução. Estes aumentaram 101% no período analisado. É um gargalo que se reflete e se refletirá em todos os indicadores. É um sinal muito alarmante. Após, o Chefe do Escritório de Projetos inteirou os presentes sobre a **situação da carteira de projetos estratégicos** da instituição até out/16, conforme consta do anexo, destacando os seguintes



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

projetos: os que vêm dando bom resultado: Orçamento POP e Programa Maturidade em GP; projetos que entraram em alerta: Otimização do processo de aquisições, que estava em fase de mapeamento, mas, devido a solicitação de mudança de aumento do escopo, além de acórdão do TCU com uma série de exigências, gerou atraso. Outro projeto em alerta é a Política de Gestão de Pessoas. De acordo com Cristina Discacciati, Diretora de Gestão de Pessoas, no segundo semestre a DGP ficou muito focada no SIGEP. Além do mais, a servidora Sheyla Campos, é quem está cuidando desse projeto e ficou sobrecarregada, pois teve de substituir a Diretora da DGP, que estava de licença médica. Há muitas iniciativas acontecendo e a diretoria não tem braços para dois projetos enormes. Segundo Cristina Discacciati, a prioridade agora é o SIGEP. Quanto ao Programa Maturidade em GP, a aquisição de software para gestão de projetos a nível nacional, segundo Bruno Torrozo, sofreu uma desmobilização. A intenção agora é voltar a desenvolver estratégia interna de aquisição e isso requer estudo, orçamento e vontade política. Informou ainda sobre novo projeto que saiu da fase de planejamento: o SIGEP. Sandra Pimentel esclareceu que, em relação aos projetos citados, o EPRO irá contactar os respectivos gerentes de projeto a fim de verificar a possibilidade de amenizar os entraves de execução. A seguir, a Chefe do Escritório de Processos, Thais da Costa Cruz deu notícia das **ações do EPT**. Antes porém, recomendou aos gestores, ao fazer despachos administrativos, que sejam mais claros no registro das informações e das ações a serem feitas, para que os despachos não gerem retrabalho ou trabalho desnecessário, de forma a facilitar-lhes o cumprimento. É crucial ainda registrar no despacho as providências já tomadas. Para Thais Cruz, é crucial alinhar com os gestores membros do grupo esse assunto. Thais Cruz prosseguiu, informando ainda que o novo site do EPT já está em pleno funcionamento, contendo a cadeia de valor (aprovada pela Resolução GP 61/16), em que cada perspectiva abre o escopo dos respectivos processos. Há também a Central de POPs por área, a Central de Processos (sob a perspectiva da Cadeia), além da Central de Arquitetura de Processos, que são mini-cadeias de valor. Segundo Thais, essas ferramentas auxiliam muito as unidades. A intenção é que não haja descontinuidade das atividades com a mudança de gestão, possibilitando a todos conhecer os processos de trabalho das diversas áreas do TRT-3. Comunicou ainda o intento do EPT em elaborar o manual administrativo do gestor (incluindo os de vara), assim como um índice de assuntos. Ambos deverão ser desenvolvidos no primeiro semestre de 2017. Concluindo, ainda lembrou aos presentes que o EPT tem de rodar a cadeia de valor, que conta com 179 melhorias, que já estão sendo trabalhadas. Após, Sandra Pimentel apresentou o quadro resumo das deliberações da RAE anterior, com as providências tomadas. Após, a Secretária de Gestão Estratégica agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a Reunião. Para constar eu, Sandra Pimentel Mendes,
Secretária de Gestão Estratégica, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e por todos os presentes.

Diretor-Geral	Ana Flávia Bueno Cheib	
---------------	------------------------	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

Diretora Judiciária	Telma Lúcia Bretz Pereira	
Secretário-Geral da Presidência	Douglas Eros Pereira Rangel	
Assessor do Corregedor	René de Souza Torres	
Secretária de Apoio Judiciário	Denise Maria Reis Grego	
Secretária de Comunicação Social	Almir Thiago Casagrande Pagotte	
Secretária da Escola Judicial	Débora Melo Mansur	
Diretor de Administração	Cristiano Barros Reis	
Diretora de Gestão de Pessoas	Maria Cristina Gonçalves Discacciati	
Diretor de TIC	Gilberto Atman Picardi Faria	
Diretora de Orçamento e Finanças	Marília Souza Diniz Alves	